

# ALEXANDRE MAZZA

Pós-doutor pelas Universidades de Coimbra e Salamanca.

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Professor de Direito Administrativo e Direito Tributário na Escola do Mazza.

Autor das obras *Curso de Direito Tributário, Administrativo #naprática, Tributário #naprática* e *Relação Jurídica de Administração Pública*, todas pela Saraiva Educação. Advogado.

# Curso de DIREITO ADMINISTRATIVO

14ª edição  
2024



Avenida Paulista, n. 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC** | sac.sets@somoseducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin

**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos

**Gerência de produção e projetos** Fernando Pentead

**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoli Reato César

**Gerência editorial** Livia Céspedes

**Novos projetos** Aline Darcy Flór de Souza  
Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Design e produção** Jeferson Costa da Silva (coord.)  
Karina Lourenço Kempter  
Guilherme Salvador  
Lais Soriano  
Rosana Peroni Fazolari  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos  
Daniela Maria Chaves Carvalho  
Emily Larissa Ferreira da Silva  
Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Cássia Souto

**Revisão** Bernardete Maurício

**Capa** Tiago Dela Rosa

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** A.R.Fernandez

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949

M477c Mazza, Alexandre

Curso de Direito Administrativo / Alexandre  
Mazza. - 14. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.  
872 p.

ISBN 978-85-5362-028-9

1. Direito. 2. Direito Administrativo. I. Título

2023-2940

CDD 341.3

CDU 342.9

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Administrativo 341.3  
2. Direito Administrativo 342.9

**Data de fechamento da edição: 27-11-2023**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 11117

CL 608649

CAE 845241

# SUMÁRIO

|   |          |
|---|----------|
| <i>Agradecimentos</i> .....   | VII      |
| <i>Nota do autor à 14ª edição</i> .....   | IX       |
| <i>Nota do autor à 1ª edição</i> .....  | XI       |
| <b>1 NOÇÕES GERAIS</b> .....  | <b>1</b> |
| 1.1 Conceito de Direito Administrativo .....  | 1        |
| 1.2 Taxinomia do Direito Administrativo .....   | 2        |
| 1.3 Direito Administrativo <i>versus</i> Ciência da Administração.....                                | 3        |
| 1.4 Administração Burocrática <i>versus</i> Administração Gerencial .....                             | 3        |
| 1.4.1 “Estado em rede” .....  | 4        |
| 1.5 Características técnicas do Direito Administrativo.....   | 5        |
| 1.6 Critérios para definição do objeto do Direito Administrativo.....                                 | 6        |
| 1.7 Principais escolas do Direito Administrativo .....  | 11       |
| 1.8 Normas, princípios e regras .....   | 14       |
| 1.8.1 Diferenças entre princípios e regras .....  | 15       |
| 1.9 Objeto imediato e mediato do Direito Administrativo .....   | 18       |
| 1.10 Direito Administrativo como “direito comum” .....  | 18       |
| 1.11 Pressupostos do Direito Administrativo .....   | 19       |
| 1.12 Autonomia do Direito Administrativo .....  | 19       |
| 1.13 Estado, Governo, Poder Executivo, administração pública, poder<br>executivo e poder público..... | 20       |
| 1.14 Sentidos da expressão “Administração Pública” .....  | 21       |
| 1.14.1 O que significa a expressão “Fazenda Pública”? .....   | 22       |
| 1.14.2 Administração Pública introversa e extroversa .....  | 23       |
| 1.15 Tarefas precípua da Administração Pública moderna .....  | 23       |
| 1.16 Interpretação do Direito Administrativo .....  | 24       |
| 1.16.1 Inovações hermenêuticas trazidas pela Lei n. 13.655/2018 .....                                 | 25       |
| 1.17 Relação com outros ramos.....  | 26       |
| 1.18 Codificação do Direito Administrativo.....   | 29       |
| 1.19 Fontes do Direito Administrativo.....  | 31       |
| 1.19.1 Outras fontes: precedente, súmula vinculante administrativa .....                              | 34       |
| 1.19.2 Classificações das fontes .....  | 37       |
| 1.19.3 Taxinomia das fontes.....  | 39       |
| 1.20 Sistemas administrativos.....  | 39       |

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| 1.20.1    | Sistema da jurisdição una .....  | 39 |
| 1.20.2    | Sistema do contencioso administrativo .....  | 40 |
| 1.20.3    | Como se cria um contencioso.....   | 42 |
| 1.21      | Competência para legislar.....   | 42 |
| 1.22      | Reserva de lei complementar no Direito Administrativo.....                                 | 44 |
| 1.23      | Iniciativa de projetos de lei.....   | 44 |
| 1.24      | Função administrativa.....   | 45 |
| 1.24.1    | Conceito.....  | 47 |
| 1.25      | Função administrativa e função de governo.....   | 54 |
| 1.26      | Tendências do Direito Administrativo moderno .....   | 55 |
| 1.27      | A Lei n. 13.655/2018 e os novos parâmetros decisórios na Administração Pública .....       | 58 |
| 1.28      | Dez dicas especiais para a véspera da prova.....   | 60 |
| ?         | <b>PRINCÍPIOS</b> .....  |    |
| 2.1       | Importância dos princípios administrativos .....   | 63 |
| 2.2       | Dupla funcionalidade dos princípios.....   | 64 |
| 2.3       | Princípios como mandamentos de otimização.....   | 64 |
| 2.4       | Regime jurídico-administrativo.....  | 64 |
| 2.5       | Supraprincípios do Direito Administrativo.....   | 65 |
| 2.5.1     | Princípio da supremacia do interesse público.....  | 65 |
| 2.5.1.1   | A “desconstrução” da supremacia do interesse público.<br>Crítica da crítica .....          | 67 |
| 2.5.2     | Princípio da indisponibilidade do interesse público.....                                   | 69 |
| 2.6       | Princípios constitucionais do Direito Administrativo .....                                 | 70 |
| 2.6.1     | Princípio da participação (art. 37, § 3º, da CF) .....                                     | 71 |
| 2.6.1.1   | Administração dialógica versus Administração<br>monológica.....                            | 71 |
| 2.6.2     | Princípio da celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, da CF).....                          | 71 |
| 2.6.3     | Princípio do devido processo legal formal e material (art. 5º, LIV,<br>da CF).....         | 72 |
| 2.6.3.1   | Devido processo legal como garantia finalística.....                                       | 73 |
| 2.6.3.2   | Devido processo legal diferido no tempo (a posteriori).<br>Providências acauteladoras..... | 74 |
| 2.6.3.3   | Princípio da intranscendência subjetiva da pena .....                                      | 74 |
| 2.6.4     | Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF) .....                                      | 75 |
| 2.6.5     | Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).....  | 75 |
| 2.6.5.1   | Princípio do duplo grau. Vantagens e desvantagens da<br>via administrativa .....           | 76 |
| 2.6.5.1.1 | Vantagens e desvantagens da via<br>administrativa.....                                     | 76 |
| 2.6.6     | Princípio da legalidade.....   | 78 |
| 2.6.6.1   | Conceito.....  | 78 |
| 2.6.6.2   | Legalidade: sentido negativo e sentido positivo .....                                      | 79 |
| 2.6.6.3   | Bloco da legalidade e princípio da juridicidade .....                                      | 79 |
| 2.6.6.4   | Tríplice fundamento constitucional .....   | 81 |
| 2.6.6.5   | Legalidade privada e legalidade pública .....  | 82 |
| 2.6.6.6   | Exceções à legalidade .....  | 83 |
| 2.6.6.7   | Teoria da supremacia especial .....  | 83 |
| 2.6.7     | Princípio da impessoalidade .....  | 85 |
| 2.6.7.1   | Subprincípio da vedação da promoção pessoal .....  | 86 |
| 2.6.8     | Princípio da moralidade.....   | 87 |
| 2.6.8.1   | Conteúdo jurídico da moralidade administrativa.....  | 89 |
| 2.6.8.2   | Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....  | 91 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 2.6.8.3   | O problema da “moral paralela”.....   | 91  |
| 2.6.8.4   | Súmula Vinculante 13 do STF (antinepotismo).....  | 92  |
| 2.6.8.5   | Resolução n. 7 do CNJ (antinepotismo).....  | 93  |
| 2.6.8.6   | Instrumentos para defesa da moralidade .....  | 94  |
| 2.6.8.7   | Lei de Improbidade Administrativa.....  | 95  |
| 2.6.9     | Princípio da publicidade .....  | 95  |
| 2.6.9.1   | Transparência, divulgação oficial e publicação.<br>Divulgação de vencimentos dos servidores públicos..... | 96  |
| 2.6.9.2   | Objetivos da publicidade .....  | 96  |
| 2.6.9.3   | Formas de publicidade.....  | 97  |
| 2.6.9.4   | Natureza jurídica da publicação dos atos gerais.....  | 97  |
| 2.6.9.5   | Exceções à publicidade.....   | 98  |
| 2.6.9.6   | Atos secretos e improbidade administrativa.....   | 98  |
| 2.6.9.7   | Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011).....  | 98  |
| 2.6.10    | Princípio da eficiência.....  | 100 |
| 2.6.10.1  | Eficiência, eficácia e efetividade .....  | 101 |
| 2.6.10.2  | Institutos correlatos.....  | 101 |
| 2.7       | Princípios infraconstitucionais.....  | 101 |
| 2.7.1     | Princípio da autotutela.....  | 102 |
| 2.7.2     | Princípio da obrigatoria motivação .....  | 103 |
| 2.7.2.1   | Motivação, motivo, causa, móvel e intenção real.....  | 103 |
| 2.7.2.2   | Cronologia entre motivo, ato e motivação .....  | 104 |
| 2.7.2.3   | Abrangência do dever de motivar.....  | 104 |
| 2.7.2.4   | Motivação dispensada.....   | 105 |
| 2.7.2.5   | Momento da motivação.....   | 105 |
| 2.7.2.6   | Três atributos da motivação.....  | 105 |
| 2.7.2.7   | Motivação aliunde.....  | 105 |
| 2.7.2.8   | Motivação como elemento formal do ato administrativo  | 106 |
| 2.7.2.9   | Teoria dos motivos determinantes .....  | 106 |
| 2.7.2.10  | Motivação genérica no CPC.....  | 106 |
| 2.7.3     | Princípio da finalidade .....   | 107 |
| 2.7.4     | Princípio da razoabilidade .....  | 107 |
| 2.7.5     | Princípio da proporcionalidade.....   | 108 |
| 2.7.5.1   | Proporcionalidade perante a lei e proporcionalidade na<br>lei.....  | 109 |
| 2.7.5.2   | Os subprincípios da proporcionalidade na<br>jurisprudência do STF: a teoria dos três testes.....          | 110 |
| 2.7.5.3   | A proliferação dos elementos integrantes da<br>proporcionalidade.....                                     | 110 |
| 2.7.6     | Princípio da responsabilidade .....   | 111 |
| 2.7.7     | Princípio da segurança jurídica: visão clássica.....  | 112 |
| 2.7.7.1   | Segurança jurídica prevista na Constituição Federal .....   | 113 |
| 2.7.7.2   | Boa-fé, segurança jurídica e proteção à confiança<br>legítima .....                                       | 113 |
| 2.7.7.3   | Princípio da segurança jurídica em sentido objetivo<br>(rechtssicherheit). A endossegarança.....          | 114 |
| 2.7.7.4   | Proteção à confiança legítima (vertrauensschutz) .....  | 114 |
| 2.7.7.4.1 | Justificativas para manutenção de atos<br>ilegais.....  | 115 |
| 2.7.7.4.2 | O caso da viúva de Berlim .....   | 116 |
| 2.7.7.4.3 | Confiança ilegítima? .....  | 116 |
| 2.7.7.4.4 | Aplicações práticas da proteção à confiança.  | 116 |
| 2.7.7.4.5 | Requisitos para aplicação do princípio.....   | 117 |
| 2.7.7.4.6 | Excludentes da proteção à confiança .....   | 117 |
| 2.7.7.5   | Autovinculação da Administração.....  | 117 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 2.7.7.6 | Teoria dos atos próprios ( <i>venire contra factum proprium</i> ). Requisitos para aplicação .....        | 117 |
| 2.7.7.7 | Diferenças entre a teoria dos atos próprios e o princípio da proteção à confiança legítima.....           | 118 |
| 2.7.7.8 | Segurança jurídica e 5 anos para anular atos ilegais. Estabilização de benefícios ilegais .....           | 118 |
|         | 2.7.7.8.1 Anulação de atos praticados antes da Lei n. 9.784/99.....                                       | 119 |
| 2.7.7.9 | Teoria do <i>prospective overruling</i> .....   | 119 |
| 2.7.8   | Princípio da boa administração .....  | 120 |
| 2.7.9   | Princípio do controle judicial ou da sindicabilidade.....   | 120 |
| 2.7.10  | Princípios da continuidade do serviço público e da obrigatoriedade da função administrativa.....          | 120 |
| 2.7.11  | Princípio da descentralização ou especialidade .....  | 121 |
| 2.7.12  | Princípio da presunção de legitimidade.....   | 121 |
| 2.7.13  | Princípio da isonomia.....  | 122 |
| 2.7.14  | Princípio da hierarquia.....  | 124 |
| 2.7.15  | Outros princípios.....  | 124 |
| 2.8     | Princípios de meio e princípios finalísticos.....   | 125 |
| 2.9     | Art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99.....   | 126 |
| 2.10    | Jurisprudência .....  | 127 |
|         | 2.10.1 STJ.....   | 127 |
|         | 2.10.2 STF .....  | 127 |
|         | 2.10.3 Repercussão Geral .....  | 129 |
| 3       | <b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b> .....   |     |
| 3.1     | Introdução .....  | 131 |
| 3.2     | Concentração e desconcentração .....  | 131 |
|         | 3.2.1 Espécies de desconcentração .....   | 133 |
| 3.3     | Centralização e descentralização .....  | 133 |
| 3.4     | Relações entre os dois fenômenos .....  | 134 |
| 3.5     | Comparação entre desconcentração e descentralização.....  | 134 |
| 3.6     | Teoria do órgão público .....   | 135 |
|         | 3.6.1 Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke .....   | 136 |
|         | 3.6.1.1 Previsão constitucional da teoria da imputação volitiva. ....                                     | 136 |
|         | 3.6.1.2 Desdobramentos da teoria da imputação volitiva.....   | 136 |
|         | 3.6.2 Espécies de órgãos públicos.....  | 137 |
|         | 3.6.2.1 Órgãos administrativos despersonalizados anômalos.....  | 138 |
|         | 3.6.2.2 Natureza especial dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas ..... | 138 |
|         | 3.6.3 Conceitos de órgão, entidade e autoridade na Lei n. 9.784/99.....                                   | 139 |
| 3.7     | Personalidade estatal .....   | 139 |
|         | 3.7.1 Entidades federativas <i>versus</i> entidades públicas da Administração Indireta .....              | 140 |
| 3.8     | Entidades da Administração Pública Indireta. Devido processo legal de criação .....                       | 142 |
|         | 3.8.1 Autarquias.....   | 143 |
|         | 3.8.1.1 Características.....  | 144 |
|         | 3.8.1.2 Espécies de autarquias .....  | 146 |
|         | 3.8.1.2.1 Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil .....  | 147 |
|         | 3.8.1.2.2 OAB e o controle do TCU a partir de 2020 .....  | 149 |
|         | 3.8.2 Fundações públicas.....   | 149 |
|         | 3.8.3 Agências reguladoras .....  | 150 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 3.8.3.1   | Cronologia de criação das agências federais .....   | 151 |
| 3.8.3.2   | Entidades “desagencificadas” .....  | 153 |
| 3.8.3.3   | Casos polêmicos.....  | 154 |
| 3.8.3.4   | Natureza jurídica .....   | 156 |
| 3.8.3.5   | Quarentena .....  | 157 |
| 3.8.3.5.1 | Características da quarentena brasileira.....   | 157 |
| 3.8.3.6   | Novo marco regulatório das agências (Lei n. 13.848/2019)  | 158 |
| 3.8.3.7   | Diretorias colegiadas.....  | 159 |
| 3.8.3.7.1 | Requisitos para nomeação dos dirigentes .....   | 159 |
| 3.8.3.8   | Classificação das agências reguladoras .....  | 160 |
| 3.8.3.9   | Poder normativo.....  | 161 |
| 3.8.3.9.1 | Teoria da deslegalização (delegificação) .....  | 163 |
| 3.8.3.10  | Supervisão ministerial e recursos hierárquicos<br>impróprios .....  | 165 |
| 3.8.4     | Agências executivas .....   | 166 |
| 3.8.4.1   | Histórico .....   | 167 |
| 3.8.4.2   | Características .....   | 168 |
| 3.8.4.3   | Contrato de desempenho (Lei n. 13.934/2019).....  | 169 |
| 3.8.4.4   | Comparação entre agências executivas e agências<br>reguladoras.....   | 169 |
| 3.8.5     | Associações públicas .....  | 169 |
| 3.8.6     | Empresas estatais .....   | 171 |
| 3.8.6.1   | Empresas públicas .....   | 172 |
| 3.8.6.1.1 | Características .....   | 173 |
| 3.8.6.2   | Sociedades de economia mista .....  | 173 |
| 3.8.6.2.1 | Características .....   | 174 |
| 3.8.7     | Outras características das empresas públicas e sociedades de<br>economia mista .....  | 175 |
| 3.8.7.1   | Empresas subsidiárias e empresas controladas.....   | 176 |
| 3.8.7.1.1 | Alienação do controle societário das<br>estatais. Desnecessidade de autorização<br>legislativa no caso das subsidiárias e<br>controladas..... | 177 |
| 3.8.8     | Fundações governamentais de direito privado .....   | 177 |
| 3.8.9     | Fundações de apoio .....  | 180 |
| 3.8.10    | Estatuto Jurídico da Empresa Pública, Sociedade de Economia<br>Mista e Subsidiárias (Lei n. 13.303/2016).....                                 | 180 |
| 3.8.10.1  | Hipóteses de inexigibilidade na Lei n. 13.303/2016.....   | 183 |
| 3.8.10.2  | Extinção do procedimento licitatório simplificado no<br>âmbito da Petrobras.....  | 184 |
| 3.9       | Entes de cooperação .....   | 184 |
| 3.9.1     | Entidades paraestatais. Serviços sociais do Sistema “S”.....  | 184 |
| 3.9.1.1   | Características dos serviços sociais .....  | 186 |
| 3.9.1.2   | Agências sociais do Sistema “S” .....   | 188 |
| 3.9.2     | Terceiro setor .....  | 189 |
| 3.9.2.1   | Organizações sociais .....  | 189 |
| 3.9.2.2   | Oscips .....  | 191 |
| 3.9.2.3   | Comparação entre organizações sociais e Oscips.....   | 193 |
| 3.9.2.3.1 | Regime das parcerias voluntárias (Lei n.<br>13.019, de 31 de julho de 2014).....  | 194 |
| 3.10      | Jurisprudência .....  | 196 |
| 3.10.1    | STJ.....  | 196 |
| 3.10.2    | STF .....   | 204 |
| 3.10.3    | Repercussão Geral .....   | 206 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 4         | ATOS ADMINISTRATIVOS  |     |
| 4.1       | Função dogmática da teoria do ato administrativo.....   | 209 |
| 4.2       | Atos administrativos e demais atos jurídicos.....   | 210 |
| 4.3       | Conceitos doutrinários.....   | 211 |
| 4.4       | Nosso conceito.....   | 211 |
| 4.5       | Fato administrativo.....  | 212 |
| 4.6       | Atos da Administração.....  | 216 |
| 4.7       | Silêncio administrativo.....  | 217 |
| 4.8       | Atributos do ato administrativo.....  | 219 |
| 4.8.1     | Presunção de legitimidade.....  | 219 |
| 4.8.1.1   | Presunções de validade, legalidade, veracidade,<br>legitimidade e licitude.....   | 220 |
| 4.8.2     | Imperatividade ou coercibilidade.....   | 221 |
| 4.8.3     | Exigibilidade.....  | 221 |
| 4.8.4     | Autoexecutoriedade.....   | 221 |
| 4.8.5     | Tipicidade.....   | 223 |
| 4.8.6     | Outros atributos.....   | 223 |
| 4.9       | Existência, validade e eficácia.....  | 224 |
| 4.9.1     | Existência ou perfeição do ato administrativo.....  | 225 |
| 4.9.1.1   | Teoria do ato administrativo inexistente.....   | 226 |
| 4.9.2     | Validade do ato administrativo.....   | 231 |
| 4.9.3     | Eficácia do ato administrativo.....   | 231 |
| 4.10      | Mérito do ato administrativo.....   | 232 |
| 4.10.1    | Controle judicial triplice sobre o mérito do ato administrativo.....  | 233 |
| 4.10.2    | Grave inoportunidade e grave inconveniência.....  | 233 |
| 4.11      | Requisitos do ato administrativo.....   | 234 |
| 4.11.1    | Corrente clássica (Hely Lopes Meirelles).....   | 234 |
| 4.11.1.1  | Resolução n. 160 do Contran e os sinais sonoros<br>emitidos pelos agentes de trânsito por meio de silvos de<br>apito..... | 236 |
| 4.11.2    | Corrente moderna (Celso Antônio Bandeira de Mello).....   | 236 |
| 4.11.3    | Diferentes teorias sobre a nulidade do ato.....   | 237 |
| 4.12      | Vícios em espécie.....  | 239 |
| 4.13      | Classificação dos atos administrativos.....   | 242 |
| 4.13.1    | Atos discricionários e atos vinculados.....   | 242 |
| 4.13.2    | Atos simples, compostos e complexos.....  | 243 |
| 4.13.3    | Outras classificações dos atos administrativos.....   | 245 |
| 4.13.3.1  | Quanto aos destinatários.....   | 245 |
| 4.13.3.2  | Quanto à estrutura.....   | 246 |
| 4.13.3.3  | Quanto ao alcance.....  | 246 |
| 4.13.3.4  | Quanto ao objeto.....   | 246 |
| 4.13.3.5  | Quanto à manifestação de vontade.....   | 247 |
| 4.13.3.6  | Quanto aos efeitos.....   | 247 |
| 4.13.3.7  | Quanto ao conteúdo.....   | 247 |
| 4.13.3.8  | Quanto à situação jurídica que criam.....   | 247 |
| 4.13.3.9  | Quanto à eficácia.....  | 248 |
| 4.13.3.10 | Quanto à exequibilidade.....  | 248 |
| 4.13.3.11 | Quanto à retratabilidade.....   | 248 |
| 4.13.3.12 | Quanto ao modo de execução.....   | 249 |
| 4.13.3.13 | Quanto ao objetivo visado pela Administração.....   | 249 |
| 4.13.3.14 | Quanto à natureza da atividade.....   | 249 |
| 4.13.3.15 | Quanto à função da vontade administrativa.....  | 250 |
| 4.14      | Espécies de ato administrativo.....   | 250 |
| 4.14.1    | Atos normativos.....  | 251 |
| 4.14.2    | Atos ordinatórios.....  | 251 |

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| 4.14.3      | Atos negociais .....  | 252 |
| 4.14.4      | Atos enunciativos .....   | 254 |
| 4.14.4.1    | Natureza jurídica e espécies de parecer.....                      | 254 |
| 4.14.4.1.1  | Parecer obrigatório.....  | 255 |
| 4.14.4.1.2  | Parecer facultativo .....   | 256 |
| 4.14.4.1.3  | Parecer vinculante.....   | 256 |
| 4.14.4.1.4  | Parecer não vinculante .....                                      | 256 |
| 4.14.4.1.5  | Parecer normativo .....   | 257 |
| 4.14.4.1.6  | Parecer comum .....   | 257 |
| 4.14.4.1.7  | Parecer suspensivo .....  | 257 |
| 4.14.4.1.8  | Parecer não suspensivo .....                                      | 257 |
| 4.14.4.1.9  | Parecer de mérito.....  | 257 |
| 4.14.4.1.10 | Parecer de legalidade .....                                       | 257 |
| 4.14.4.1.11 | Parecer referencial.....  | 257 |
| 4.14.4.1.12 | Responsabilidade do parecerista.....                              | 258 |
| 4.14.5      | Atos punitivos .....  | 259 |
| 4.14.6      | Espécies de ato quanto à forma e quanto ao conteúdo .....         | 259 |
| 4.15        | Extinção do ato administrativo.....                               | 259 |
| 4.15.1      | Revogação.....  | 261 |
| 4.15.1.1    | Competência para revogar .....                                    | 261 |
| 4.15.1.2    | Objeto do ato revocatório.....                                    | 261 |
| 4.15.1.3    | Fundamento e motivo da revogação .....                            | 262 |
| 4.15.1.4    | Efeitos da revogação.....   | 262 |
| 4.15.1.5    | Natureza do ato revocatório .....                                 | 262 |
| 4.15.1.6    | Forma do ato revocatório.....                                     | 262 |
| 4.15.1.7    | Natureza da revogação .....                                       | 262 |
| 4.15.1.8    | Características da competência revocatória.....                   | 262 |
| 4.15.1.9    | Limites ao poder de revogar .....                                 | 263 |
| 4.15.1.10   | Revogação de atos complexos.....                                  | 263 |
| 4.15.1.11   | Anulação da revogação: possibilidade .....                        | 263 |
| 4.15.1.12   | Revogação da revogação: polêmica. Efeito<br>represtinatório ..... | 263 |
| 4.15.1.13   | Revogação da anulação: impossibilidade.....                       | 263 |
| 4.15.1.14   | Anulação da anulação: possibilidade .....                         | 264 |
| 4.15.1.15   | Revogação e dever de indenizar.....                               | 264 |
| 4.15.2      | Anulação ou invalidação .....                                     | 264 |
| 4.15.2.1    | Competência para anular .....                                     | 264 |
| 4.15.2.2    | Objeto e natureza do ato anulatório.....                          | 265 |
| 4.15.2.3    | Efeitos da anulação.....  | 265 |
| 4.15.2.3.1  | Modulação dos efeitos anulatórios .....                           | 265 |
| 4.15.2.4    | Forma do ato anulatório.....                                      | 265 |
| 4.15.2.5    | Natureza da competência anulatória .....                          | 266 |
| 4.15.2.6    | Anulação e indenização .....                                      | 266 |
| 4.15.2.7    | Limites ao dever anulatório .....                                 | 266 |
| 4.15.2.8    | Comparação entre revogação e anulação.....                        | 266 |
| 4.15.3      | Cassação .....  | 266 |
| 4.15.4      | Caducidade ou decaimento.....                                     | 267 |
| 4.15.5      | Contraposição.....  | 267 |
| 4.15.6      | Extinções inominadas.....   | 267 |
| 4.16        | Convalidação .....  | 267 |
| 4.16.1      | Teoria dos atos sanatórios .....                                  | 269 |
| 4.17        | Conversão.....  | 269 |
| 4.18        | Jurisprudência .....  | 270 |
| 4.18.1      | STJ.....  | 270 |
| 4.18.2      | STF.....  | 271 |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 4.18.3   | Repercussão Geral.....   | 271 |
| <b>5</b> | <b>PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>   |     |
| 5.1      | Poderes-deveres.....   | 273 |
| 5.2      | Uso regular e irregular do poder.....  | 273 |
| 5.3      | Abuso de poder.....  | 273 |
| 5.3.1    | Abuso de poder pressupõe agente competente? .....                              | 274 |
| 5.3.2    | Abuso de autoridade (Lei n. 13.869/2019).....                                  | 274 |
| 5.4      | Excesso de poder.....  | 275 |
| 5.5      | Desvio de finalidade .....   | 277 |
| 5.5.1    | Tredestinação lícita .....   | 278 |
| 5.5.1.1  | Tredestinação <i>versus</i> adestinação.....                                   | 279 |
| 5.6      | Poder vinculado .....  | 279 |
| 5.7      | Poder discricionário .....   | 280 |
| 5.8      | Poder disciplinar .....  | 284 |
| 5.9      | Poder hierárquico.....   | 285 |
| 5.9.1    | Delegação de competência.....  | 287 |
| 5.9.2    | Avocação de competência .....  | 287 |
| 5.9.3    | Supervisão ministerial .....   | 288 |
| 5.10     | Poder regulamentar.....  | 288 |
| 5.10.1   | Espécies de regulamento .....  | 289 |
| 5.10.2   | Regulamentos autônomos ou independentes .....                                  | 290 |
| 5.10.3   | Regulamento executivo e a função redutora da discricionariedade .....          | 291 |
| 5.10.4   | Nem toda lei admite regulamentação.....  | 292 |
| 5.10.5   | Poder regulamentar e previsão legal .....                                      | 292 |
| 5.10.6   | Competência regulamentar e delegação.....                                      | 293 |
| 5.10.7   | Referenda ministerial ou secretarial .....                                     | 293 |
| 5.11     | Poder de polícia ou limitação administrativa.....                              | 294 |
| 5.11.1   | Poder de polícia: sentido amplo e sentido estrito.....                         | 295 |
| 5.11.2   | Conceitos doutrinários.....  | 295 |
| 5.11.3   | Conceito legal de poder de polícia.....  | 296 |
| 5.11.4   | Nosso conceito.....  | 296 |
| 5.11.5   | Poder de polícia: vinculado ou discricionário?.....                            | 298 |
| 5.11.6   | Características.....   | 298 |
| 5.11.6.1 | Delegabilidade ou indelegabilidade? .....                                      | 299 |
| 5.11.7   | Alcance quinquipartite do poder de polícia (etapas do poder de polícia).....   | 300 |
| 5.11.8   | Polícia administrativa <i>versus</i> polícia judiciária .....                  | 301 |
| 5.12     | Jurisprudência .....   | 302 |
| 5.12.1   | STJ.....   | 302 |
| 5.12.2   | STF .....  | 303 |
| 5.12.3   | Repercussão Geral.....   | 303 |
| <b>6</b> | <b>RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....</b>  |     |
| 6.1      | Introdução.....  | 305 |
| 6.2      | Evolução histórica.....  | 306 |
| 6.2.1    | Teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873).....                           | 306 |
| 6.2.2    | Teoria da responsabilidade subjetiva (1874 até 1946).....                      | 307 |
| 6.2.2.1  | Hipóteses de aplicação da teoria subjetiva .....                               | 308 |
| 6.2.2.2  | Teoria da culpa administrativa ou da “faute du service”.<br>Culpa anônima..... | 308 |
| 6.2.3    | Teoria da responsabilidade objetiva (1947 até hoje).....                       | 309 |
| 6.3      | Evolução da responsabilidade estatal no direito positivo brasileiro .....      | 310 |
| 6.4      | Linha do tempo .....   | 311 |

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| 6.5      | Responsabilidade na Constituição de 1988 .....  | 313        |
| 6.5.1    | Art. 37, § 6º, da CF e a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.....                                       | 314        |
| 6.5.2    | As cinco teorias decorrentes do art. 37, § 6º, da CF.....   | 314        |
| 6.6      | Fundamentos do dever de indenizar .....   | 315        |
| 6.7      | Risco integral e risco administrativo. Excludentes do dever de indenizar....                                    | 316        |
| 6.8      | Características do dano indenizável .....   | 319        |
| 6.9      | Responsabilidade por atos lícitos.....  | 320        |
| 6.10     | Danos por omissão.....  | 321        |
| 6.10.1   | Omissão genérica e omissão específica.....  | 323        |
| 6.10.2   | Tese da “reserva do possível” .....   | 324        |
| 6.11     | Relações de custódia.....   | 325        |
| 6.11.1   | A condição do preso.....  | 325        |
| 6.12     | Ação indenizatória.....   | 327        |
| 6.12.1   | A posição isolada da 4ª Turma do STJ.....   | 328        |
| 6.12.2   | Prazo prescricional.....  | 329        |
| 6.12.2.1 | Prazo prescricional contra Fazenda estadual, distrital ou municipal.....  | 330        |
| 6.12.2.2 | Qual o prazo prescricional para ações propostas pela Fazenda Pública?.....                                      | 330        |
| 6.13     | Denúnciação à lide.....   | 331        |
| 6.14     | Ação regressiva .....   | 331        |
| 6.15     | Responsabilidade do servidor estatutário federal na Lei n. 8.112/90 .....                                       | 333        |
| 6.16     | Responsabilidade dos concessionários de serviços públicos .....   | 333        |
| 6.17     | Responsabilidade por atos legislativos, regulamentares e jurisdicionais.....                                    | 335        |
| 6.18     | Responsabilidade dos notários e registradores.....  | 336        |
| 6.19     | Danos causados por agente fora do exercício da função .....   | 338        |
| 6.20     | Responsabilidade pré-negocial.....  | 339        |
| 6.21     | Responsabilidade subsidiária <i>versus</i> responsabilidade solidária.....                                      | 339        |
| 6.22     | Responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas na Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) .....   | 340        |
| 6.22.1   | Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção ...  | 341        |
| 6.22.1.1 | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Desconsideração expansiva .... | 341        |
| 6.23     | Reparação do dano pela via administrativa .....   | 343        |
| 6.24     | Responsabilidade da União quanto a servidores públicos mortos pela Covid-19.....                                | 345        |
| 6.25     | Jurisprudência .....  | 345        |
| 6.25.1   | STJ.....  | 345        |
| 6.25.2   | STF.....  | 348        |
| 6.25.3   | Repercussão Geral.....  | 349        |
| <b>7</b> | <b>LICITAÇÃO</b> .....  | <b>351</b> |
|          | Revogação da Lei n. 8.666/93 .....  | 351        |
| 7.1      | Introdução.....   | 351        |
| 7.2      | Finalidades da licitação.....   | 351        |
| 7.3      | Conceitos doutrinários.....   | 352        |
| 7.4      | Nosso conceito.....   | 353        |
| 7.4.1    | Análise dos elementos conceituais .....   | 353        |
| 7.5      | Natureza jurídica .....   | 354        |
| 7.6      | Competência para legislar.....  | 354        |
| 7.7      | Normatização infraconstitucional.....   | 355        |
| 7.8      | Natureza jurídica das Leis n. 8.666/93 e 14.133/2021.....   | 356        |
| 7.9      | Fundamento constitucional do dever de licitar .....   | 357        |

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 7.10     | Pressupostos da licitação .....   | 358 |
| 7.11     | Extensão material do dever de licitar: objeto da licitação .....  | 359 |
| 7.12     | Extensão pessoal do dever de licitar .....  | 359 |
| 7.12.1   | Organizações sociais.....   | 360 |
| 7.12.2   | Organizações da sociedade civil de interesse público.....   | 361 |
| 7.12.3   | Entidades paraestatais .....  | 361 |
| 7.12.4   | Conselhos de classe.....  | 362 |
| 7.12.5   | Ordem dos Advogados do Brasil.....  | 362 |
| 7.12.6   | Empresas estatais exploradoras de atividade econômica .....   | 362 |
| 7.12.7   | Entidades que não se sujeitam ao dever de licitar.....  | 363 |
| 7.12.8   | Programa “Minha Casa, Minha Vida” .....   | 364 |
| 7.13     | Princípios específicos da licitação .....   | 364 |
| 7.14     | Incidência dos princípios gerais.....   | 366 |
| 7.15     | Tipos de licitação .....  | 366 |
| 7.16     | Modalidades licitatórias .....  | 367 |
| 7.16.1   | Concorrência.....   | 369 |
| 7.16.2   | Tomada de preços .....  | 370 |
| 7.16.3   | Convite .....   | 370 |
| 7.16.4   | Concurso.....   | 371 |
| 7.16.5   | Leilão .....  | 371 |
| 7.16.6   | Consulta.....   | 371 |
| 7.16.7   | Pregão.....   | 372 |
| 7.16.7.1 | Bens e objetos comuns .....   | 373 |
| 7.16.7.2 | Hipóteses de vedação.....   | 375 |
| 7.16.7.3 | Modalidades .....   | 375 |
| 7.16.7.4 | Procedimento do pregão.....   | 376 |
| 7.16.8   | Quadro comparativo entre as modalidades .....   | 378 |
| 7.16.9   | Licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)..... | 381 |
| 7.17     | Registro de preços .....  | 382 |
| 7.17.1   | Carona em registro de preços .....  | 383 |
| 7.18     | Registros cadastrais.....   | 384 |
| 7.19     | Comissão de licitação .....   | 384 |
| 7.20     | Fases da concorrência.....  | 385 |
| 7.20.1   | Instrumento convocatório.....   | 386 |
| 7.20.2   | Habilitação .....   | 388 |
| 7.20.3   | Classificação .....   | 390 |
| 7.20.4   | Homologação. Anulação e revogação. Responsabilidade pré-negocial .....  | 391 |
| 7.20.5   | Adjudicação .....   | 393 |
| 7.21     | Contratação direta.....   | 394 |
| 7.21.1   | Dispensa de licitação .....   | 394 |
| 7.21.1.1 | Licitação fracassada e licitação deserta.....   | 399 |
| 7.21.2   | Inexigibilidade.....  | 399 |
| 7.21.3   | Licitação vedada ou proibida .....  | 401 |
| 7.21.4   | Licitação dispensada.....   | 401 |
| 7.21.5   | Responsabilidade por superfaturamento.....  | 402 |
| 7.22     | Crimes em licitações .....  | 403 |
| 7.23     | Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – Lei n. 12.462/2011 .....                                     | 405 |
| 7.24     | Jurisprudência .....  | 408 |
| 7.24.1   | STJ.....  | 408 |
| 8        | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI – LEI Nº 14.133/2021  |     |
| 8.1      | Introdução .....  | 411 |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| 8.2         | Conceitos doutrinários.....  | 411 |
| 8.3         | Nosso conceito.....  | 413 |
| 8.4         | Competência para legislar.....   | 413 |
| 8.5         | Contratos da Administração e contratos administrativos.....                          | 413 |
| 8.6         | Contratos <i>versus</i> convênios.....   | 413 |
| 8.7         | Prévia licitação.....  | 414 |
| 8.8         | Normas aplicáveis.....   | 414 |
| 8.9         | Características dos contratos administrativos.....                                   | 415 |
| 8.10        | Diferenças em relação aos contratos privados.....                                    | 417 |
| 8.11        | Arbitragem e mediação para solução de conflitos em Direito Público.....              | 418 |
| 8.12        | Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público..... | 420 |
| 8.13        | Sujeitos do contrato.....  | 421 |
| 8.14        | Contratos em espécie.....  | 421 |
| 8.14.1      | Contrato de obra pública.....  | 422 |
| 8.14.2      | Contrato de fornecimento.....  | 423 |
| 8.14.3      | Contrato de prestação de serviço.....  | 423 |
| 8.14.4      | Contrato de concessão.....   | 423 |
| 8.14.4.1    | Concessão de serviço público.....  | 424 |
| 8.14.4.1.1  | Base legislativa.....  | 424 |
| 8.14.4.1.2  | Natureza jurídica (controvérsia).....  | 425 |
| 8.14.4.1.3  | Conceito legislativo.....  | 425 |
| 8.14.4.1.4  | Nosso conceito.....  | 426 |
| 8.14.4.1.5  | Características da concessão de serviço público.....                                 | 426 |
| 8.14.4.1.6  | Direitos e obrigações dos usuários.....  | 427 |
| 8.14.4.1.7  | Encargos do poder concedente.....  | 428 |
| 8.14.4.1.8  | Encargos da concessionária.....  | 429 |
| 8.14.4.1.9  | Intervenção.....   | 429 |
| 8.14.4.1.10 | Formas de extinção da concessão.....   | 430 |
| 8.14.4.1.11 | Subconcessão.....  | 433 |
| 8.14.4.1.12 | Serviços públicos passíveis de concessão.....  | 433 |
| 8.14.4.1.13 | Reversão de bens.....  | 433 |
| 8.14.5      | Permissão de serviço público.....  | 434 |
| 8.14.5.1    | Permissão é ato ou contrato administrativo?.....                                     | 434 |
| 8.14.5.2    | Hipóteses de uso da permissão de serviço público.....                                | 435 |
| 8.14.6      | Concessão precedida de obra pública.....   | 436 |
| 8.14.7      | Concessão de uso de bem público.....   | 437 |
| 8.14.8      | Contrato de gerenciamento.....   | 437 |
| 8.14.9      | Contrato de gestão.....  | 438 |
| 8.14.10     | Termo de parceria.....   | 438 |
| 8.14.11     | Parceria público-privada (PPP).....  | 439 |
| 8.14.11.1   | Abrangência da Lei n. 11.079/2004.....   | 440 |
| 8.14.11.2   | Conceito e características.....  | 440 |
| 8.14.11.3   | Diretrizes legais.....   | 442 |
| 8.14.11.4   | Vedações à celebração de PPPs.....   | 442 |
| 8.14.11.5   | Garantias.....   | 442 |
| 8.14.11.6   | Modalidades.....   | 443 |
| 8.14.11.7   | Sociedade de propósito específico (art. 9º).....                                     | 443 |
| 8.14.12     | Consórcio público.....   | 444 |
| 8.14.12.1   | Consórcios públicos da Lei n. 11.107/2005.....                                       | 444 |
| 8.14.12.1.1 | Conceito e atribuições.....  | 446 |
| 8.14.12.1.2 | Procedimento para celebração do consórcio.....                                       | 446 |
| 8.14.12.1.3 | Regras especiais sobre licitações.....   | 448 |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| 8.14.12.1.4 | Celebração de convênio e exigência de regularidade (Lei n. 13.821/2019) .....                                    | 448 |
| 8.14.13     | Contrato de convênio .....   | 448 |
| 8.14.14     | Contrato de credenciamento.....  | 449 |
| 8.14.15     | Contrato de trabalhos artísticos .....   | 449 |
| 8.14.16     | Contrato de empréstimo público.....  | 449 |
| 8.14.17     | Contrato de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010)..... | 450 |
| 8.15        | Formalização dos contratos administrativos.....  | 450 |
| 8.16        | Cláusulas exorbitantes.....  | 451 |
| 8.16.1      | Exigência de garantia.....   | 451 |
| 8.16.2      | Alteração unilateral do objeto.....  | 452 |
| 8.16.3      | Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....   | 452 |
| 8.16.4      | Inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido .....  | 452 |
| 8.16.5      | Rescisão unilateral .....  | 453 |
| 8.16.6      | Fiscalização.....  | 453 |
| 8.16.6.1    | Terceirização de mão de obra .....   | 453 |
| 8.16.7      | Aplicação de penalidades.....  | 454 |
| 8.16.7.1    | Existe ordem legal de penalidades? .....   | 455 |
| 8.16.7.2    | Competência para aplicação da pena .....   | 455 |
| 8.16.8      | Ocupação provisória (art. 58, V) .....   | 455 |
| 8.17        | Estudo do equilíbrio econômico-financeiro .....  | 455 |
| 8.17.1      | Circunstâncias excepcionais que autorizam a revisão tarifária.....   | 456 |
| 8.17.2      | Novos benefícios tarifários e equação econômico-financeira.....  | 458 |
| 8.18        | Duração e execução dos contratos em geral. Responsabilidade por encargos previdenciários do contratado .....     | 458 |
| 8.18.1      | Extinção .....   | 459 |
| 8.19        | Extinção do contrato e dever de indenizar.....   | 460 |
| 8.20        | Anulação do contrato e indenização.....  | 460 |
| 8.21        | Crimes.....  | 460 |
| 8.22        | Jurisprudência .....   | 461 |
| 8.22.1      | STJ.....   | 461 |
| 8.22.2      | STF .....  | 462 |
| 9           | <b>AGENTES PÚBLICOS</b> .....  | 463 |
| 9.1         | Agentes públicos .....   | 463 |
| 9.2         | Agentes políticos.....   | 463 |
| 9.2.1       | Magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas .....  | 464 |
| 9.3         | Ocupantes de cargos em comissão.....   | 466 |
| 9.4         | Contratados temporários .....  | 468 |
| 9.5         | Agentes militares.....   | 470 |
| 9.6         | Servidores públicos estatutários.....  | 471 |
| 9.7         | Empregados públicos.....   | 473 |
| 9.7.1       | Obrigatória motivação na dispensa de empregados por empresas públicas: jurisprudência do STF.....                | 475 |
| 9.8         | Particulares em colaboração com a Administração (agentes honoríficos)....  | 475 |
| 9.9         | Acumulação de cargos, empregos e funções públicas .....  | 476 |
| 9.9.1       | Acumulação e teto remuneratório .....  | 477 |
| 9.9.2       | Acumulação e jornada semanal máxima: inaplicabilidade.....   | 478 |
| 9.10        | Concurso público.....  | 479 |
| 9.10.1      | Conceito e natureza jurídica.....  | 479 |
| 9.10.2      | Fundamentos .....  | 479 |
| 9.10.3      | Concurso como “princípio” e suas exceções .....  | 479 |
| 9.10.4      | Tipos de concurso .....  | 481 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 9.10.5    | Direito sumular.....  | 482 |
| 9.10.6    | Pressupostos para abertura do concurso.....   | 482 |
| 9.10.7    | Validade do concurso.....   | 482 |
| 9.10.8    | Direitos do candidato aprovado no concurso.....   | 483 |
| 9.10.9    | Aprovação em concurso: expectativa de direito ou direito<br>subjetivo à nomeação?.....  | 483 |
| 9.10.9.1  | Resumindo os fatos jurídicos conversores.....   | 486 |
| 9.10.9.2  | Direito à nomeação <i>versus</i> restrição orçamentária.....  | 487 |
| 9.10.9.3  | Instrumento processual apropriado para garantir o<br>direito à nomeação.....  | 487 |
| 9.10.9.4  | Servidor nomeado por decisão judicial não tem direito<br>a indenização.....   | 487 |
| 9.10.10   | Provimento em lotação com vacância potencial no futuro.....   | 487 |
| 9.10.11   | Recusa de vaga e alocação no final da fila de aprovados.....  | 488 |
| 9.10.12   | Concurso público e teoria da perda da chance.....   | 488 |
| 9.10.13   | Princípio do livre acesso aos cargos públicos.....  | 489 |
| 9.10.14   | Dever de intimação pessoal do candidato nomeado em concurso<br>público.....   | 489 |
| 9.10.15   | Tatagem pode desclassificar em concurso público?.....   | 489 |
| 9.10.16   | Reclassificação para o final da fila.....   | 491 |
| 9.11      | Reserva de vagas para portadores de deficiência.....  | 492 |
| 9.11.1    | Reserva de vagas na contratação temporária.....   | 493 |
| 9.12      | Análise do regime estatutário federal (Lei n. 8.112/90).....  | 493 |
| 9.12.1    | Linha do tempo.....   | 493 |
| 9.12.2    | Cargo público.....  | 494 |
| 9.12.2.1  | Criação, transformação e extinção de cargos, empregos<br>e funções públicas.....  | 494 |
| 9.12.2.2  | Conceitos de servidor público e provimento.....   | 495 |
| 9.12.2.3  | Nomeação.....   | 496 |
| 9.12.2.4  | Promoção.....   | 496 |
| 9.12.2.5  | Readaptação.....  | 496 |
| 9.12.2.6  | Reversão.....   | 497 |
| 9.12.2.7  | Aproveitamento.....   | 497 |
| 9.12.2.8  | Reintegração.....   | 498 |
| 9.12.2.9  | Recondução.....   | 498 |
| 9.12.2.10 | Formas de provimento que são direitos constitucionais<br>de qualquer servidor estatutário e formas de<br>provimento que exigem previsão no respectivo estatuto..... | 498 |
| 9.12.3    | Posse.....  | 499 |
| 9.12.4    | Exercício.....  | 499 |
| 9.12.5    | Estágio probatório.....   | 500 |
| 9.12.6    | Confirmação.....  | 502 |
| 9.12.7    | Estabilidade.....   | 502 |
| 9.12.7.1  | Tipos de estabilidade (art. 19 do ADCT).....  | 503 |
| 9.12.7.2  | Disponibilidade.....  | 504 |
| 9.12.8    | Saída do cargo.....   | 504 |
| 9.13      | Vacância.....   | 505 |
| 9.14      | Remoção.....  | 505 |
| 9.15      | Redistribuição.....   | 506 |
| 9.16      | Direitos e vantagens do servidor.....   | 506 |
| 9.16.1    | Suspensão de benefícios na Lei da Covid.....  | 506 |
| 9.17      | Vencimento e remuneração.....   | 507 |
| 9.17.1    | Regime de subsídios.....  | 508 |
| 9.17.1.1  | Exigência de lei para fixar ou alterar remuneração de<br>servidores públicos.....   | 509 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 9.18  | Indenizações .....  | 510 |
| 9.19  | Retribuições, gratificações e adicionais.....   | 511 |
| 9.20  | Férias.....   | 511 |
| 9.21  | Licenças .....  | 511 |
| 9.22  | Afastamentos e concessões .....   | 512 |
| 9.23  | Direito de petição .....  | 513 |
| 9.24  | Direito de greve. Policiais não podem fazer greve .....   | 513 |
| 9.25  | Tetos remuneratórios .....  | 514 |
|       | 9.25.1 Exceção ao teto remuneratório .....  | 515 |
| 9.26  | Previdência dos servidores.....   | 515 |
| 9.27  | Regime disciplinar.....   | 517 |
| 9.28  | Deveres do servidor.....  | 517 |
| 9.29  | Proibições aplicáveis ao servidor.....  | 518 |
| 9.30  | Sêxtupla responsabilidade dos servidores públicos.....  | 519 |
| 9.31  | Processo disciplinar .....  | 521 |
|       | 9.31.1 Requisitos para composição da comissão processante.....  | 522 |
|       | 9.31.2 Penalidades .....  | 523 |
|       | 9.31.3 Competência para aplicação das sanções disciplinares.....  | 524 |
|       | 9.31.4 Reabilitação. Revisão. Proibidos de retornar ao serviço público.....   | 524 |
|       | 9.31.5 Prescrição. Infração funcional tipificada como crime (STJ).....  | 525 |
| 9.32  | Jurisprudência .....  | 525 |
|       | 9.32.1 STJ.....   | 525 |
|       | 9.32.2 STF .....  | 535 |
|       | 9.32.3 Repercussão Geral.....   | 546 |
| <br>  |   |     |
| 10    | IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  |     |
| 10.1  | Mudanças promovidas pela lei N. 14.230/2021 .....   | 551 |
| 10.2  | Introdução .....  | 551 |
| 10.3  | Base constitucional .....   | 552 |
| 10.4  | Defesa constitucional da moralidade administrativa .....  | 553 |
| 10.5  | Competência para legislar sobre improbidade administrativa .....  | 554 |
| 10.6  | Abrangência e natureza da Lei n. 8.429/92. Atos praticados antes da vigência da LIA .....   | 554 |
| 10.7  | Sujeito passivo do ato de improbidade .....   | 555 |
| 10.8  | Sujeito ativo do ato de improbidade .....   | 556 |
|       | 10.8.1 Particulares sujeitos à LIA (improbidade imprópria) e o “caso Guilherme Fontes” .....                                      | 557 |
|       | O processo .....  | 558 |
|       | Decisões judiciais .....  | 558 |
|       | 10.8.2 A questão dos agentes políticos.....   | 559 |
|       | 10.8.3 Teoria da ignorância deliberada ( <i>willful blindness</i> ) ou “teoria do avestruz” ( <i>ostrich instructions</i> ) ..... | 562 |
|       | 10.8.4 Responsabilização do parecerista e do consultor jurídico .....   | 563 |
| 10.9  | Espécies de ato de improbidade .....  | 563 |
|       | 10.9.1 Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º).....                                      | 564 |
|       | 10.9.1.1 Sanções cabíveis.....  | 565 |
|       | 10.9.2 Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10).....  | 566 |
|       | 10.9.2.1 Sanções cabíveis.....  | 568 |
|       | 10.9.3 Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11) .....                              | 568 |
|       | 10.9.3.1 Sanções cabíveis.....  | 570 |
| 10.10 | Atos de improbidade tipificados no Estatuto da Cidade.....  | 571 |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 10.11     | Categorias de atos de improbidade (quadro comparativo) .....                          | 572        |
| 10.12     | Declaração de bens .....  | 574        |
| 10.13     | Improbidade administrativa e princípio da insignificância. Meras Irregularidades..... | 574        |
| 10.13.1   | Improbidade tentada.....  | 575        |
| 10.14     | Procedimento administrativo (inquérito civil) .....                                   | 575        |
| 10.14.1   | Contraditório e ampla defesa na fase administrativa (inquérito civil) .....           | 576        |
| 10.15     | Medidas cautelares .....  | 576        |
| 10.16     | Ação judicial de improbidade.....   | 578        |
| 10.16.1   | Requisitos da sentença na ação de improbidade .....                                   | 581        |
| 10.16.2   | Ação de improbidade e independência das instâncias.....                               | 582        |
| 10.17     | Dosimetria da pena .....  | 583        |
| 10.17.1   | Perda da função pública e novo cargo.....   | 585        |
| 10.18     | Improbidade e devido processo legal .....   | 585        |
| 10.19     | Prescrição .....  | 585        |
| 10.20     | A questão da necessidade de dolo nas condutas .....                                   | 588        |
| 10.21     | Condenação por improbidade e Lei da Ficha Limpa .....                                 | 588        |
| 10.22     | Danos morais na ação de improbidade .....   | 589        |
| 10.23     | Jurisprudência .....  | 589        |
| 10.23.1   | STJ.....  | 589        |
| 10.23.2   | Repercussão Geral .....   | 591        |
| <b>11</b> | <b>RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>                                | <b>593</b> |
| 11.1      | Introdução.....   | 593        |
| 11.2      | Vantagens da teoria.....  | 593        |
| 11.3      | Conceitos doutrinários.....   | 594        |
| 11.3.1    | Crítério subjetivo.....   | 594        |
| 11.3.2    | Crítério misto .....  | 595        |
| 11.3.3    | Crítério formal .....   | 595        |
| 11.4      | Nosso conceito.....   | 596        |
| 11.5      | Diversas classificações das relações jurídico-administrativas .....                   | 596        |
| 11.5.1    | Quanto ao alcance .....   | 596        |
| 11.5.2    | Quanto à estrutura .....  | 596        |
| 11.5.3    | Quanto à presença da Administração.....   | 596        |
| 11.5.4    | Quanto ao objeto.....   | 596        |
| 11.5.5    | Quanto à duração.....   | 597        |
| 11.5.6    | Quanto às partes envolvidas.....  | 597        |
| 11.5.7    | Quanto à reciprocidade .....  | 597        |
| 11.5.8    | Quanto aos efeitos.....   | 597        |
| 11.5.9    | Quanto à posição das partes.....  | 598        |
| 11.5.10   | Quanto ao nível de organização .....  | 598        |
| 11.5.11   | Quanto ao regime jurídico .....   | 599        |
| 11.6      | <i>Status</i> .....   | 599        |
| 11.7      | Situações subjetivas no Direito Administrativo .....                                  | 600        |
| 11.8      | Diversas modalidades de poderes.....  | 601        |
| 11.8.1    | Direito subjetivo .....   | 601        |
| 11.8.2    | Potestade ou poder <i>stricto sensu</i> .....   | 602        |
| 11.8.3    | Interesse legítimo .....  | 602        |
| 11.8.4    | Interesse simples.....  | 602        |
| 11.8.5    | Expectativa de direito.....   | 602        |
| 11.8.6    | Poderes-deveres.....  | 602        |
| 11.8.7    | Prerrogativas funcionais .....  | 603        |

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| 11.8.8    | Direito adquirido.....   | 603 |
| 11.9      | Diversas modalidades de deveres.....                                     | 603 |
| 11.9.1    | Obrigação.....   | 603 |
| 11.9.2    | Dever <i>stricto sensu</i> .....   | 603 |
| 11.9.3    | Sujeição.....  | 603 |
| 11.9.4    | Encargo.....   | 604 |
| 11.9.5    |  nus.....  | 604 |
| 11.9.6    | Carga.....   | 604 |
| 11.10     | Nascimento das relações jurídico-administrativas.....                    | 604 |
| 11.11     | Modificação das relações jurídico-administrativas.....                   | 605 |
| 11.12     | Extinção das relações jurídico-administrativas.....                      | 605 |
| <b>12</b> | <b>BENS PÚBLICOS.....</b>  |     |
| 12.1      | Divergência conceitual.....  | 607 |
| 12.2      | Disciplina no Código Civil.....  | 609 |
| 12.3      | Domínio público.....   | 610 |
| 12.4      | <i>Res nullius</i> .....   | 613 |
| 12.5      | Bens públicos da União.....  | 613 |
| 12.6      | Bens públicos dos Estados.....   | 614 |
| 12.7      | Bens públicos do Distrito Federal.....                                   | 614 |
| 12.8      | Bens públicos dos Municípios.....  | 614 |
| 12.9      | Bens públicos dos Territórios Federais.....                              | 614 |
| 12.10     | Bens públicos da Administração Indireta.....                             | 615 |
| 12.11     | Bens públicos de concessionários e permissionários.....                  | 615 |
| 12.12     | Classificação.....   | 615 |
| 12.12.1   | Bens de uso comum do povo.....   | 616 |
| 12.12.2   | Bens de uso especial.....  | 616 |
| 12.12.3   | Bens dominicais.....   | 617 |
| 12.13     | Bens públicos necessários e bens públicos acidentais.....                | 619 |
| 12.14     | Atributos.....   | 619 |
| 12.14.1   | Obrigações de pequeno valor (OPVs) e sequestro de recursos públicos..... | 620 |
| 12.15     | Requisitos para alienação dos bens públicos.....                         | 621 |
| 12.16     | Afetação e desafetação.....  | 622 |
| 12.17     | Patrim nio público disponível e patrim nio público indisponível.....     | 623 |
| 12.18     | Formas de uso.....   | 623 |
| 12.19     | Concessão, permissão e autorização.....                                  | 624 |
| 12.19.1   | Banca de jornal: permissão ou autorização?.....                          | 626 |
| 12.20     | Aforamento público.....  | 626 |
| 12.21     | Formas de aquisição e alienação.....                                     | 627 |
| 12.22     | Jurisprudência.....  | 627 |
| 12.22.1   | STJ.....   | 627 |
| 12.22.2   | STF.....   | 628 |
| 12.22.3   | Repercussão Geral.....   | 628 |
| <b>13</b> | <b>INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....</b>                 |     |
| 13.1      | Fundamento geral.....  | 629 |
| 13.2      | Requisitos para cumprimento da função social.....                        | 629 |
| 13.3      | Formas supressivas e formas não supressivas de domínio.....              | 630 |
| 13.4      | Formas ilícitas de intervenção estatal na propriedade?.....              | 630 |
| 13.5      | Procedimentos, atos e fatos interventivos na propriedade privada.....    | 631 |
| 13.6      | "Autointervens o" na propriedade?.....                                   | 631 |
| 13.7      | Desapropriação.....  | 632 |
| 13.8      | Confisco.....  | 632 |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 13.9      | Perdimento de bens.....  | 633        |
| 13.10     | Poder de polícia (limitação administrativa).....                           | 634        |
| 13.11     | Servidão administrativa .....  | 636        |
| 13.11.1   | Poder de polícia <i>versus</i> servidão administrativa.....                | 637        |
| 13.12     | Tombamento .....   | 638        |
| 13.12.1   | Tombamento de uso.....   | 640        |
| 13.13     | Requisição .....   | 640        |
| 13.13.1   | Requisição com perda de domínio?.....                                      | 641        |
| 13.14     | Ocupação temporária.....   | 642        |
| 13.15     | Quadro comparativo dos instrumentos de intervenção .....                   | 643        |
| 13.16     | Jurisprudência .....   | 644        |
| 13.16.1   | STJ.....   | 644        |
| 13.16.2   | Repercussão geral.....   | 644        |
| <b>14</b> | <b>DESAPROPRIAÇÃO .....</b>  | <b>645</b> |
| 14.1      | Introdução .....   | 645        |
| 14.2      | Fundamentos jurídico-políticos .....                                       | 645        |
| 14.3      | Competências para legislar, desapropriar e promover desapropriação .....   | 646        |
| 14.4      | Base constitucional .....  | 647        |
| 14.5      | Normatização infraconstitucional.....                                      | 648        |
| 14.6      | Conceitos doutrinários.....  | 648        |
| 14.7      | Nosso conceito.....  | 649        |
| 14.8      | Forma originária de aquisição da propriedade.....                          | 650        |
| 14.9      | Institutos afins.....  | 651        |
| 14.10     | Fundamentos normativos da desapropriação.....                              | 652        |
| 14.10.1   | Necessidade pública.....   | 652        |
| 14.10.2   | Utilidade pública .....  | 653        |
| 14.10.3   | Interesse social .....   | 654        |
| 14.10.3.1 | Desapropriação por interesse social de competência<br>comum? .....         | 655        |
| 14.11     | Objeto da desapropriação.....  | 657        |
| 14.12     | Exceções à força expropriante .....  | 659        |
| 14.13     | Espécies de desapropriação.....  | 660        |
| 14.13.1   | Desapropriação para reforma agrária (art. 184 da CF).....                  | 660        |
| 14.13.1.1 | Procedimento da desapropriação rural.....                                  | 661        |
| 14.13.2   | Desapropriação para política urbana (art. 182, § 4º, III, da CF).....      | 663        |
| 14.13.3   | Desapropriação de bens públicos.....                                       | 664        |
| 14.13.4   | Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....                 | 665        |
| 14.13.4.1 | Princípio da intangibilidade da obra pública.....                          | 666        |
| 14.13.5   | Desapropriação por zona .....  | 666        |
| 14.13.6   | Desapropriação ordinária <i>versus</i> desapropriação extraordinária ..... | 667        |
| 14.13.7   | Desapropriação confiscatória .....   | 667        |
| 14.14     | Fases da desapropriação.....   | 668        |
| 14.14.1   | Mediação e arbitragem no rito expropriatório.....                          | 669        |
| 14.15     | Ação de desapropriação e imissão provisória .....                          | 670        |
| 14.16     | Retrocessão (art. 519 do CC).....  | 672        |
| 14.17     | Indenização.....   | 673        |
| 14.17.1   | Indenização do locatário pela perda do fundo de comércio .....             | 674        |
| 14.18     | Desistência da desapropriação.....   | 674        |
| 14.19     | Direito de extensão .....  | 675        |
| 14.20     | Jurisprudência .....   | 675        |
| 14.20.1   | STJ.....   | 675        |
| <b>15</b> | <b>ESTATUTO DA CIDADE .....</b>  | <b>677</b> |

|          |  |     |
|----------|--|-----|
| 15.1     | Introdução.....  | 677 |
| 15.2     | Natureza jurídica do Estatuto da Cidade.....                               | 677 |
| 15.3     | Diretrizes gerais da política urbana.....                                  | 678 |
| 15.4     | Instrumentos da política urbana.....                                       | 680 |
| 15.4.1   | Parcelamento, edificação ou utilização compulsória.....                    | 681 |
| 15.4.2   | IPTU progressivo no tempo.....   | 681 |
| 15.4.3   | Desapropriação urbanística.....  | 682 |
| 15.4.4   | Usucapião especial de imóvel urbano.....                                   | 682 |
| 15.4.5   | Direito de superfície.....   | 683 |
| 15.4.6   | Direito de preempção.....  | 683 |
| 15.4.7   | Outorga onerosa do direito de construir.....                               | 684 |
| 15.4.8   | Operações urbanas Consorciadas.....  | 684 |
| 15.4.9   | Transferência do direito de construir.....                                 | 685 |
| 15.4.10  | Estudo de impacto de vizinhança.....                                       | 685 |
| 15.4.11  | Plano diretor.....   | 685 |
| 15.5     | Gestão democrática da cidade.....  | 686 |
| 15.6     | Jurisprudência.....  | 686 |
| 15.6.1   | STJ.....   | 686 |
| 15.6.2   | Repercussão Geral.....   | 686 |
| 16       | <b>SERVIÇOS PÚBLICOS</b> .....   |     |
| 16.1     | Serviços públicos e domínio econômico.....                                 | 687 |
| 16.2     | Conceito de serviço público.....   | 688 |
| 16.3     | Serviços públicos <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i> .....           | 689 |
| 16.4     | Nosso conceito.....  | 690 |
| 16.5     | Titularidade do serviço público.....                                       | 691 |
| 16.6     | Serviços públicos federais, estaduais, municipais e distritais.....        | 691 |
| 16.6.1   | Serviços notariais e de registro.....                                      | 693 |
| 16.6.2   | Uber e demais aplicativos de transporte privado.....                       | 695 |
| 16.7     | Princípios do serviço público. Inovações da Lei n. 14.015/2020.....        | 695 |
| 16.8     | Serviços essenciais.....   | 699 |
| 16.9     | Formas de prestação.....   | 699 |
| 16.10    | Responsabilidade do prestador de serviços públicos.....                    | 701 |
| 16.11    | Formas de remuneração.....   | 701 |
| 16.12    | Classificação dos serviços públicos.....                                   | 702 |
| 16.13    | Direitos do usuário.....   | 703 |
| 16.14    | Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – Lei n. 13.460/2017..... | 704 |
| 16.15    | Jurisprudência.....  | 706 |
| 16.15.1  | STJ.....   | 706 |
| 16.15.2  | STF.....   | 707 |
| 17       | <b>INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b> .....                    |     |
| 17.1     | Serviço público <i>versus</i> atividade econômica.....                     | 709 |
| 17.2     | Conceitos de domínio econômico e ordem econômica.....                      | 710 |
| 17.3     | Princípios da ordem econômica.....   | 710 |
| 17.4     | Natureza tripartite das atividades econômicas.....                         | 711 |
| 17.5     | Regime jurídico da atividade econômica.....                                | 711 |
| 17.6     | Funções do estado na ordem econômica.....                                  | 711 |
| 17.6.1   | A força interna vinculante do planejamento estatal.....                    | 711 |
| 17.7     | Atividades estatais interventivas no domínio econômico.....                | 711 |
| 17.7.1   | Exploração direta de atividade econômica pelo Estado.....                  | 712 |
| 17.7.1.1 | Personificação e exercício direto.....                                     | 712 |
| 17.7.2   | Polícia da economia.....   | 712 |
| 17.7.2.1 | Tributos interventivos. Cides.....   | 714 |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 17.7.3    | Fomento a setores econômicos.....   | 715        |
| 17.8      | Atividades econômicas sob monopólio.....                                  | 715        |
| 17.9      | Infrações contra a ordem econômica .....                                  | 716        |
| <b>18</b> | <b>CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>                                    | <b>719</b> |
| 18.1      | Conceito.....   | 719        |
| 18.2      | Objetivos.....  | 719        |
| 18.3      | Natureza jurídica.....  | 719        |
| 18.4      | Classificação .....   | 719        |
| 18.5      | Controle administrativo.....  | 721        |
| 18.5.1    | Recurso hierárquico próprio e impróprio.....                              | 721        |
| 18.6      | Controle legislativo.....   | 722        |
| 18.6.1    | Tribunais de Contas .....   | 722        |
| 18.6.1.1  | Natureza jurídica dos Tribunais de Contas .....                           | 724        |
| 18.6.1.2  | Simetria de regime entre os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário..... | 725        |
| 18.6.1.3  | Indispensabilidade da função dos Tribunais de Contas ...                  | 725        |
| 18.6.1.4  | Características do processo de controle.....                              | 725        |
| 18.6.1.5  | Alcance da imputação de débito .....                                      | 726        |
| 18.6.1.6  | Competência fiscalizadora e corretiva em procedimentos licitatórios.....  | 726        |
| 18.7      | Controle judicial.....  | 726        |
| 18.8      | Prescrição no Direito Administrativo .....                                | 728        |
| 18.9      | Coisa julgada administrativa .....  | 729        |
| 18.10     | Jurisprudência .....  | 729        |
| 18.10.1   | STJ.....  | 729        |
| 18.10.2   | Repercussão Geral .....   | 730        |
| <b>19</b> | <b>PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>                                      | <b>733</b> |
| 19.1      | Processo administrativo na CF/88 .....                                    | 733        |
| 19.2      | Lei do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....                     | 733        |
| 19.2.1    | Incidência da Lei n. 9.784/99 sobre outras entidades federativas....      | 734        |
| 19.3      | Processo ou procedimento administrativo?.....                             | 734        |
| 19.4      | Espécies de processo administrativo.....                                  | 735        |
| 19.5      | Princípios do processo administrativo .....                               | 735        |
| 19.6      | Conceitos de órgão, entidade e autoridade.....                            | 736        |
| 19.7      | Direitos do administrado.....   | 736        |
| 19.8      | Deveres do administrado.....  | 737        |
| 19.9      | Instauração do processo.....  | 737        |
| 19.10     | Legitimados para o processo administrativo .....                          | 737        |
| 19.11     | Da competência .....  | 738        |
| 19.12     | Impedimentos e suspeição no processo administrativo .....                 | 738        |
| 19.13     | Forma, tempo e lugar dos atos do processo .....                           | 739        |
| 19.14     | Comunicação dos atos.....   | 739        |
| 19.15     | Instrução do processo .....   | 740        |
| 19.16     | Dever de decidir.....   | 740        |
| 19.17     | Decisão coordenada .....  | 741        |
| 19.18     | Desistência .....   | 741        |
| 19.19     | Recursos administrativos .....  | 741        |
| 19.19.1   | Permissão da <i>reformatio in pejus</i> .....                             | 742        |
| 19.20     | Dos prazos.....   | 742        |
| 19.21     | Desburocratização de processos federais (Lei n. 13.726/2018) .....        | 742        |
| 19.22     | Jurisprudência .....  | 743        |
| 19.22.1   | STJ.....  | 743        |

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 19.22.2   | STF .....  | 745 |
| <b>20</b>   | <b>LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000)</b> |     |
| 20.1  | Justificativa.....   | 747 |
| 20.2  | Bases constitucionais.....   | 747 |
| 20.3  | Contexto histórico.....  | 748 |
| 20.4  | Compatibilidade com a Lei n. 4.320/64 .....                          | 749 |
| 20.5  | Objetivos da LRF e pressupostos da responsabilidade fiscal .....     | 749 |
| 20.6  | Natureza jurídica e âmbito de aplicação da LRF .....                 | 750 |
| 20.7  | Conceito de receita corrente líquida.....                            | 750 |
| 20.8  | Planejamento e sistema orçamentário na LRF .....                     | 750 |
| 20.9  | Previsão e arrecadação da receita pública.....                       | 751 |
| 20.10   | Renúncia de receita.....   | 752 |
| 20.11   | Geração de despesa pública .....                                     | 753 |
| 20.12   | Despesa obrigatória de caráter continuado .....                      | 753 |
| 20.13   | Despesas com pessoal .....   | 753 |
| 20.14   | Controle da Despesa Total com Pessoal .....                          | 754 |
| 20.15   | Jurisprudência .....   | 755 |
| 20.15.1   | STJ.....   | 755 |
| <b>CAPÍTULO EXTRA – NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/2021)</b> |  |     |
| 1   | Visão geral da Lei n. 14.133/2021 .....                              | 757 |
| 2   | Função da nova lei .....   | 757 |
| 3   | Período de transição .....   | 758 |
| 4   | Leis pontualmente alteradas .....                                    | 758 |
| 5   | Estrutura da lei .....   | 759 |
| 6   | Comparativo quanto ao número de artigos .....                        | 759 |
| 7   | Principais inovações .....   | 760 |
| 8   | Dever de licitar .....   | 763 |
| 9   | Objeto da licitação .....  | 765 |
| 10  | Base principiológica.....  | 765 |
| 11  | Objetivos ou finalidades da licitação.....                           | 766 |
| 12  | Modalidades.....   | 767 |
| 13  | Diálogo competitivo.....   | 768 |
| 14  | Fases da licitação .....   | 769 |
| 15  | Edital.....  | 770 |
| 16  | Alocação de riscos .....   | 771 |
| 17  | Regras de publicidade.....   | 772 |
| 18  | Intervalos mínimos .....   | 772 |
| 19  | Modos de disputa .....   | 773 |
| 20  | Empate.....  | 774 |
| 21  | Homologação e adjudicação.....                                       | 775 |
| 22  | Processo de contratação direta.....                                  | 775 |
| 23  | Inexigibilidade.....   | 776 |
| 24  | Dispensa .....   | 777 |
| 25  | Procedimentos auxiliares .....                                       | 779 |
| 26  | Credenciamento .....   | 779 |
| 27  | Manifestação de interesse .....                                      | 780 |
| 28  | Registro de preços .....   | 781 |
| 29  | Contratos administrativos.....                                       | 782 |
| 30  | Formalização.....  | 783 |
| 31  | Contratação de licitantes remanescentes .....                        | 784 |
| 32  | Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).....                 | 784 |
| 33  | Ceis e Cnep.....   | 785 |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 34        | Garantias .....                                   | 785        |
| 35        | Cláusulas exorbitantes.....                       | 786        |
| 36        | Duração dos contratos.....                        | 786        |
| 37        | Responsabilidade na terceirização .....           | 787        |
| 38        | Formas de extinção.....                           | 788        |
| 39        | Sistema de nulidades .....                        | 789        |
| 40        | Modulação de efeitos da anulação contratual ..... | 789        |
| 41        | Infrações.....                                    | 790        |
| 42        | Sanções.....                                      | 791        |
| 43        | Desconsideração da personalidade jurídica .....   | 791        |
| 44        | Sistema recursal .....                            | 792        |
| 45        | Sistema de controle.....                          | 792        |
| 46        | Crimes e penas nas licitações .....               | 793        |
| 47        | Disposições transitórias e finais.....            | 793        |
| <b>21</b> | <b>MAPAS MENTAIS .....</b>                        | <b>795</b> |
| 21.1      | Conceito.....                                     | 795        |
| 21.2      | Princípios .....                                  | 796        |
| 21.3      | Organização Administrativa .....                  | 797        |
| 21.4      | Poderes da Administração .....                    | 798        |
| 21.5      | Ato Administrativo .....                          | 799        |
| 21.6      | Responsabilidade do Estado.....                   | 800        |
| 21.7      | Licitação .....                                   | 801        |
| 21.8      | Contratos Administrativos .....                   | 802        |
| 21.9      | Agentes Públicos.....                             | 803        |
| 21.10     | Improbidade Administrativa.....                   | 804        |
| 21.11     | Bens Públicos.....                                | 805        |
| 21.12     | Intervenção na Propriedade.....                   | 806        |
| 21.13     | Desapropriação .....                              | 807        |
| 21.14     | Estatuto da Cidade .....                          | 808        |
| 21.15     | Serviços Públicos .....                           | 809        |
| 21.16     | Intervenção no Domínio Econômico.....             | 810        |
| 21.17     | Controle da Administração .....                   | 811        |
| 21.18     | Processo administrativo .....                     | 812        |
|           | Nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021).....  | 813        |
|           | <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                         | <b>815</b> |
|           | <b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>                     | <b>819</b> |